

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.084 - RJ (2019/0146698-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO - RJ101547
AGRAVADO : DEBORAH RANGEL PRADO
AGRAVADO : ANA CRISTINA MOURAO CABRAL
AGRAVADO : LISETE MARIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
AGRAVADO : MARCOS SERGIO REGO
AGRAVADO : MARIA STELLA OSSO
ADVOGADO : DANIELA GABRIELA BARRA ARAUJO PEREIRA - RJ111663

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO INTERNO AÇÃO RESCISÓRIA AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENDER OS ATOS DE EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 24% AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR A DECISÃO ATACADA REQUISITOS AUTORIZADORES DO PLEITO ANTECIPATÓRIO QUE NÃO FORAM PREENCHIDOS PERIGO DE DANO NÃO CONFIGURADO FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AINDA NÃO INICIADA DESPROVIMENTO DO RECURSO

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt

no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

